

A família rural diante da nova reconfiguração político-católica em Santa Catarina após a Segunda Guerra Mundial

Rogério Luiz de Souza¹
rogerklaumann@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O objetivo deste artigo é de examinar a performance da Igreja católica na reorganização do sistema econômico capitalista e na reforma dos espaços familiares do meio rural e dos comportamentos sociais após os eventos da Segunda Guerra Mundial a partir de sua interferência no meio familiar rural. Entende-se que a Igreja contribuiu na difusão da lógica racional do trabalho capitalista nas pequenas propriedades agrícolas no Brasil e em Santa Catarina. Sua linha de pensamento e de ação contribuiu para a constituição do *welfare state* e favoreceu uma política de higiene social, de reformas de comportamentos e de aumento da produção agrícola baseada sobre a profilaxia do corpo familiar rural e sobre a organização do trabalho solidário. Esta ética produtiva tornou-se necessária aos objetivos do excedente produtivo, do abastecimento alimentar das grandes cidades industriais em plena expansão e do desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Igreja Católica; Agricultura familiar; Comportamentos

Abstract: The purpose of this article is to examine the performance of the Catholic Church in the reorganization of the capitalist economic system and the reform of the rural family spaces and social behavior after the events of World War II from its interference in the rural family. It is understood that the Church contributed in spreading the rational logic of capitalist work on small farms in Brazil and Santa Catarina. Catholic line of thought and action contributed to the creation of the welfare state and favored a policy of social hygiene, reforming behavior and increased agricultural production based on the prophylaxis of the body in rural family and the organization of labor solidarity. This productivity ethics joined the objectives of excedent production, food supply of the major industrial cities in expansion and capitalist development.

Keywords: Catholic Church; Familiar agriculture; Behavior

Foi significativa a explosão discursiva sobre a fecundidade após a segunda guerra mundial. A necessidade de regulação produtiva dos mercados exigiu uma deliberada e manifesta política de crescimento populacional e de harmonização das condutas de procriação. A família unicelular deveria continuar servindo de modelo para a recomposição do panorama econômico, exatamente, porque mantinha ou, pelo menos, deveria manter uma estrutura de valores e de

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina com pós-doutoramento pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, França.



conduta capaz de ajustar e controlar em seu microcosmo os recém-chegados, fortalecendo-os em prol da "felicidade pública".

Os corpos dos sujeitos sociais tornavam-se alvo de intervenção em direção à urgência natalista. Identificar qualquer desvio e dano à regularidade de um funcionamento entendido como natural era tarefa das instituições responsáveis pelo desenvolvimento dos povos. Portanto, era necessário exercer sobre as populações um controle mais direto, que impunha vigilância, regulação, educação e a identificação de possíveis desviantes.

A Igreja católica apresentava-se como instituição mais apta a fazer proliferar informações, fomentar a natalidade e poder avançar cada vez mais onde era difícil controlar. Essa gestão religiosa sobre os indivíduos engendrou, concomitantemente, um saber e um poder sobre os corpos. Ao elaborar um conhecimento dos corpos, através da observação e análise daquilo que foi colhido e estabelecido como critério de verdade, possibilitou-se a penetração deste poder institucional com o propósito de dar funcionalidade e utilidade aos sujeitos que estavam envolvidos no espaço familiar. A constituição de uma família requeria responsabilidades e normas específicas que atestassem uma conduta positiva em direção à moral cristã, à regulação dos corpos e à capacidade de procriação.

Em Santa Catarina - um Estado que não apresentava uma baixa taxa demográfica para os seus padrões anteriores de subsistência e que agora, após 1945, abria-se à emergência econômica brasileira, como território de produção agrícola diversificada para o abastecimento do mercado interno - exigiu-se da própria estrutura familiar, ancorada no que preceituava a ética familiar cristã, um número significativo de filhos, a fim de gerar o excedente produtivo, aumentando a renda familiar e conseqüentemente o desenvolvimento do País.

Estatisticamente, a evolução populacional catarinense nas décadas de 1950/1960/1970 - somada à contribuição dos imigrantes internos, vindos do Estado do Rio Grande do Sul - caracterizou-se por uma intensidade e por um aumento regular e constante superior ao ritmo do crescimento brasileiro, com altos índices de natalidade.

TABELA 1 - BRASIL E SANTA CATARINA
População total e taxas médias de crescimento anual (%) 1910-1999

ANOS	BRASIL		SANTA CATARINA	
	População (habitantes)	Taxa média crescimento anual (%)	População (habitantes)	Taxa média crescimento anual (%)



1910 ¹	23.151.669	2.52	465.707	1.38
1920	30.635.605	2.88	668.743	1.11
1930 ²	37.625.436	2.88	868.653	1.33
1940	41.236.315	1.33	1.177.149	1.01
1950	51.944.397	2.39	1.562.862	2.92
1960	70.992.343	2.99	2.118.116	3.04
1970	91.508.554	2.89	2.901.734	3.20
1980	119.002.706	2.49	3.627.933	2.26
1991	146.917.459	1.88	4.541.994	2.05
1999 ³	163.947.551	1.38	5.098.448	1.47

¹ População estimada; ² População estimada; ³ População estimada.

FONTE: IBGE Estatísticas Históricas do Brasil V. 2 e 3.
 IBGE Censo Demográfico, 1940-1950-1960-1970-1980-1991
 IBGE Brasil em números, 1998.

Como é possível notar na Tabela 1, Santa Catarina manteve entre os anos de 1950 a 1970 índices anuais de crescimento, atingindo o máximo de 3,20 %, o que fez dobrar seu número de habitantes em apenas vinte e três anos (1945-1968). Considerando também o elevado número de mulheres jovens casadas procriando neste período, não resta dúvida que este incremento demográfico redundou numa estrutura etária jovem, que surgiu num momento de planejamento social e econômico de desenvolvimento agrícola, onde os filhos apareciam como mão-de-obra auxiliar no cultivo da pequena propriedade familiar agrária. Porém, a razão desta exigência ia além de uma disposição político-econômica. A própria relação de fecundidade deveria associar-se a uma visão moral e comportamental que fosse capaz o bastante de arrastar a população para esta relação, dentro de critérios suficientemente reguladores e ordenadores da sociedade. A necessidade de abastecer o mercado nacional, que se voltava a um franco processo de urbanização, solicitava esse exército produtivo no campo, forçando-se uma tendência natalista. Assim, interferir na capacidade procriativa impunha um controle sobre a sexualidade e o corpo familiar, assegurado por uma moral organizadora da harmonia social e com a finalidade de gerar um excedente agrícola que, na verdade, ultrapassava as reais necessidades da família campesina. A lógica modernizadora do fomento agrário dizia mais à elevação do nível produtivo como exigência industrial-urbana do que uma rentabilidade concentradora de capital que garantisse o reinvestimento e a elevação da renda e do nível da vida familiar rural.

Estava claro que esta economia político-populacional acobertava um mecanismo de poder sobre os corpos cuja gestão a Igreja local tinha força de interferência e orientação. O



sacerdote, como representante institucional nas instâncias da vida cotidiana, teria papel fundamental na disseminação das propostas e na vigilância das condutas. Seria ele, "que não tem família, mas que pertence à família de todos, que abençoaria e consagraria o berço, o leito nupcial e acompanharia o homem desde a entrada no mundo até tombar na sepultura."²

O estímulo ao matrimônio de jovens e a incitação procriativa nasceram dentro de uma discursividade religiosa que asseverava o valor cristão-patriótico da família numerosa e que, em contra partida, penalizava moralmente os que se negavam à procriação.

As mamãezinhas elegantes de hoje só querem um filhinho. Os filhos que sempre foram considerados bênçãos de Deus, num lar, para elas são calamidade, desgraça, um horror! Daí lares sem alegria, sem vida, sem amor. Os nomes de "mulher" e "mãe" são muito nobres para que os mereçam estes seres inúteis e levianos que fogem à mais nobre missão de esposa: dar filhos à Pátria e a Deus.

Não é raro, em Santa Catarina, mães dez, quinze e mais filhos! E todos sadios, alegres e felizes. Lares de pobres trabalhadores do campo, ricos de filhos! Crianças numerosas a encher ruas, praças, campos. Gente boa, sadia. Mães robustas com... 15 filhos!

A gente boa de Santa Catarina dá uma lição ao Brasil!³

Era lugar-comum, a partir de 1945, aparecer nos jornais católicos de Santa Catarina - que tinham grande circulação no meio rural e talvez os de maior circulação no Estado - constantes artigos com fotos em primeira página sobre a necessidade de famílias numerosas, conhecidas como as famílias-santuários, modelo de modéstia, de afetividade e sem etiqueta arrebicada. Só a imagem fotográfica bastava para comunicar a intenção discursiva. Os pais ao centro, geralmente sentados, com dois ou três filhos recém-nascidos no colo e os outros, já crescidos e bem-nutridos, de dez a quinze, enfileirados ao lado e atrás dos pais retratavam o momento instantâneo daquilo que seria uma bênção para a Nação.

O Sr. Bertoldo Conradi e D.^a Maria Pauli Conradi e seus 15 filhos, nunca houve gêmeos. 15 filhos em 18 anos. Que Deus abençoe esta e todas as famílias numerosas, cristãs, as famílias-santuários!⁴

Ao lado desta campanha mobilizadora da Igreja sobre os corpos a fim de inseri-los num sistema de utilidade e de produtividade, a estrutura familiar deveria guiar-se dentro de uma moral que assegurasse os laços indissolúveis de aproximação e o poder estratégico de controle e de correção sobre os indivíduos. Esse suporte ético, portanto, justificaria as intenções de

²HOBOLD, Clemente. *Homenagem dos Filósofos de 1951 a D. Joaquim de Oliveira*. Brusque, 1951, p. 314.

³Uma lição para o Brasil. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de fevereiro de 1946, n.^o 375.

⁴Família Abençoada - Campos Novos. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de janeiro de 1946, n.^o 374.



maximização do sistema produtivo, demonstrando a taxa de penetração e de intervenção da Igreja no controle direto da sexualidade. Nessa visão, toda a vida familiar deveria estar "pautada numa base sólida e firme, que é a religião, base que resolveria todos os problemas familiares e também os sociais."⁵

Portanto, a família numerosa era a maneira de manter a economia agrícola nacional equilibrada, desde que esta se comprometesse a deixar vigiar, regular e corrigir seu cotidiano. E assim era que, mesmo diante de um problema grave de saúde, "só o pároco poderia dar permissão ao casal para não ter mais filhos. Além disso, a prática anticonceptiva deveria nortear-se por mecanismos apenas naturais."⁶

Menos do que gerar exageradamente uma força de trabalho apta ao novo regime econômico de desenvolvimento, precisava-se, antes de tudo, ter o poder de controle sobre os corpos, sua sexualidade e seus prazeres com vistas à regulação harmoniosa da economia e da sociedade, onde se garantiriam um vigor físico e uma pureza moral do corpo social. Tudo que representasse perigo a esta harmonia pretendida forçava um combate, sujeito a repressões, censuras, castigos e punições. O divórcio assinalava-se como o maior dentre todos os perigos, visto como flagelo para as mães, os filhos e o país.

[...] Veja o nosso querido Brasil, país tão belo, como poderá existir uma lei (do divórcio) certamente excomungada por Deus no seio de um povo, tão católico, e que arrasaria em pouco tempo a felicidade de nossos lares?
Não! Não! Gritemos todos, mil vezes-não!
Quantas crianças analfabetas, quantas mães no meio das ruas da cidade, mendigando, quantas famílias esfaceladas!⁷

A rejeição ao divórcio - que fez do deputado federal Nelson Carneiro o mais combatido dos parlamentares na década de 1950 e 1960 - assentava-se numa aceitabilidade social que se processara de acordo com a emergência político-econômica do período. A voz que dissonava não atingia o dispositivo disciplinador de uma lei que se arvorava soberana e que representava os interesses diretos e imediatos de uma política de preservação da *célula mater* da sociedade.

O papel que deveria desempenhar a família rural numerosa e indissolúvel no cenário nacional - entregue aos cuidados da influência religiosa - era o de procriar, cuidar da educação e da saúde do corpo da criança e o de fazer desenvolver, na medida do possível, a pequena

⁵ *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de abril de 1953, n.º 545. (Op. cit.)

⁶ SCHIMITZ, Clarice. Entrevista realizada em 02 de junho de 1999 (Arquivo do Autor). A Sra. C. Schimitz foi catequista em Joaçaba, SC.

⁷ O Divórcio e a Lama. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de abril de 1947, n.º 403.



propriedade agrária. Para tanto, era mister a formação e a preparação dos jovens para o casamento, onde se procurava manter o controle sobre sua sexualidade e seu prazer, já que através da domesticação dos sentidos do corpo se acreditava ser possível preservar a união e os códigos morais da família.

Cabia ao padre, no meio rural, a preparação dos futuros casais, enquanto na cidade a Igreja unia-se aos setores comercial e industrial na tarefa de formá-los através de cursos preparatórios.⁸ As orientações compreendiam noções domésticas, morais e de puericultura. O casal deveria esforçar-se para colocar em prática estas orientações - que seriam amiúde reforçadas pela Igreja em seus discursos e pelos seus dispositivos de controle, como a missa e a confissão, capacitando-se para assumir de agora em diante, também, um subpoder de controle sobre aqueles que teriam gestão. Como uma espécie de máquina de adestramento, a família, em seu papel específico, teria no casal a proliferação de normas e de condutas a serem avocadas pelos filhos e pelo próprio casal. A autogestão não permitia qualquer descuido e impunha ao casal uma retidão de princípios, de cuja harmonia dependeria a constituição de uma civilização economicamente forte.

A causa primordial da delinqüência é uma deficiência familiar qualquer: divórcio, presença de um amante, padrasto, madrasta, orfandade, adultério, crianças privadas da proteção e da educação da família. A essas causas aditam-se outras de natureza social: miséria nas grandes cidades, habitações em cortiços ou favelas, o alcoolismo, o cinema, a imprensa, o baile, etc.⁹

Aos pais se deveria dar toda a autoridade para ensinar, desde que estes estivessem preparados para isso. Não se poderia admitir o desregramento advindo com o alcoolismo, o adultério, o baile, o furto, o embelezamento do corpo feminino. A ascese sexual católica propunha um comportamento direcionado à privação do prazer corporal em vista de uma economia doméstica e social.

Os bailes merecem a nossa formal reprovação. Os motivos são de ordem econômica, já que as despesas avultadas excedem as possibilidades financeiras de muitas famílias; de ordem social, por quanto, na época atual de crises e desajustes menos que nunca se justificam tais serões pomposos, com toda sua vaidosa e inconveniente exibição de luxo e futilidade. Esbanjar inutilmente somas elevadas em período de miséria extrema e

⁸Curso de Preparação do Casamento. *A Gazeta*. Florianópolis, 24 de abril de 1965. "O centro de atividades do SESC desta capital levará a efeito, de 3 a 8 de maio vindouro, um curso intensivo de preparação ao casamento, para comerciários de 16 anos em diante. As palestras terão início às 20 horas e serão efetuadas com a colaboração das equipes de Nossa Senhora da Catedral de Florianópolis."

⁹A Criminalidade Juvenil. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de julho de 1956, n.º 622.



generosidade constitui um dos pecados mais graves que se possam cometer contra a caridade e a Justiça Social.¹⁰

Ponderando essas e outras razões, o articulista proibia rigorosamente a celebração da Missa, a bênção de anéis e quaisquer cerimônias religiosas para a solenização de formaturas quando não fosse excluído o baile do programa das festividades. Era bem possível que a observância destas instruções viesse a causar dissabores. "Mas, em compensação," segundo o mesmo articulista, "não lhes faltaria o sincero reconhecimento dos pais criteriosos e os aplausos dos espíritos esclarecidos que haveriam de bendizer tão oportuna e necessária medida de saneamento moral e social da mocidade."¹¹

Cabendo à mãe a maior responsabilidade pela educação e pelos cuidados higiênicos dos filhos, gravitava em torno dela todo um saber discursivo que estimulava a positividade de seu corpo enquanto ligado a um sistema de poder institucional que se cristalizara ao longo do tempo através de uma estratégia de apropriação do saber corporal do outro.¹² A mulher-mãe, observada e captada pelo olhar religioso, foi reconduzida, intencionalmente, a um alinhamento na ordem social e econômica, fazendo do seu corpo orgânico um mecanismo de fecundidade regulada e de responsabilidade biológico-moral. O discurso religioso teria o papel de reforçar e de naturalizar a sexualidade feminina em direção à "normalidade", ao "recato" e à "pudicícia", ao mesmo tempo em que deveria recriminar e reprimir os supostos pecados da carne.

Infelizmente querem fazer da Mãe e da esposa hoje uma criaturinha elegante e sem responsabilidade na vida. Levam-na para as avenidas e praias. Ei-las às vezes fincada numa mesa de jogo noites inteiras, a beber e a fumar pelos bares, a cuidar de futilidade, a perder tempo e a vida inutilmente no mundanismo ridículo da sociedade de hoje.¹³

Que as senhoras e moças se vistam bem, sem exageros e sem lesar a santa economia doméstica ou social. (...) Tendes que consultar a vossa religião, a vossa moral, a vossa dignidade, a vossa posição e idade, a vossa economia, o vosso bom senso. Estamos certos de que vós pensais assim também. (...) Senhoras e moças católicas, nós vos pedimos uma coisa só, para que auxiliais a reforma do mundo em frangalhos.¹⁴

Longe de ser apenas uma questão moral, a ortopedia do corpo feminino dizia respeito à procriação, ao ordenamento social e à pedagogização da criança. Tratou-se de maximizar a vida, o corpo, o vigor, a saúde e a descendência. Portanto, a capacidade de interdição-imposição da Igreja sobre o corpo feminino, diferentemente daquela interdição médica - que aos poucos,

¹⁰*O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de novembro de 1947, n.º 418.

¹¹Id.

¹²Cf. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

¹³*O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de novembro de 1948, n.º 441.

¹⁴Senhoras e Moças Católicas, até onde ireis? *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de abril de 1953, n.º 546.



dentro de uma disputa de poder com as benzedeadas e parteiras, fixou-se também como mais um mecanismo de controle - deveu-se a uma sexualidade inventada, elaborada e apresentada como princípio moral e "lei natural" a ser assumida. Em outras palavras, a mulher campesina obteve uma sexualidade por força de uma lei ou princípio que se estabeleceu com o intuito de reforçar o sistema econômico e de garantir a harmonia do corpo social e a proliferação da vida.

Ademais, procriar, cuidar e prolongar a vida emerge de um controle e de uma intervenção do poder, especificamente, do poder religioso, que exigirá também da progenitora um controle e uma intervenção sobre os corpos dos filhos, de acordo com as intenções e normas daquele poder. Portanto, o corpo feminino, desenvolvido para uma política da vida e da regulação da população, foi requerido como peça fundamental no "aperfeiçoamento" da criança, da criança entendida como corpo em formação.

Precisamos de filhos robustos e fortes para que tenhamos uma geração de atletas para as lutas da vida e o futuro risonho da pátria!

Tudo pela Puericultura!

[...] Mas, os processos infames de anticoncepcionismo e as fabricantes de anjinhos, estas satânicas e indignas mulheres, assassinas da pior espécie, e médicos sem consciência e indignos da nobre profissão que exercem, todo este bando de assassinos corveja sinistramente sobre a criança e mata, destrói milhares e milhares de crianças cada ano!

[...] Isto nunca foi século da criança! Século de Herodes e da matança dos inocentes.¹⁵

Os cuidados maternos dispensados à criança dentro dos critérios da puericultura e da moralidade cristã deveriam permitir tanto a redução da mortalidade infantil como estimulá-la ao trabalho doméstico e agrícola; de sorte que passou a ser comum e imprescindível a prática do trabalho infantil como mão-de-obra auxiliar na pequena propriedade rural. A criança começou a ser entendida como um corpo instintivo, propenso ao mal e potencialmente perigoso, que fora da disciplina severa e rigorosa da família se deixaria levar tanto por sua "lógica terrível" como por más companhias e más leituras.

[...] As crianças têm uma lógica terrível. Não são tão tolas como estamos pensando. Educar sem bom exemplo é perder tempo. Dizia o Pe. Antônio Vieira que é dar tiros sem bala. Exemplo de religião, de moralidade, de caráter, disciplina e boa educação. Se não dão os pais, está gravemente comprometida a educação.¹⁶

Se vier a faltar a colaboração dos pais na formação integral das crianças e dos adolescentes, nossa bela juventude se tornará desajustada, apesar de toda a riqueza de qualidade conferidas pelo Criador. Onde termina o lar, começa a delinqüência.¹⁷

¹⁵Século da Criança. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de julho de 1950, n.^o 481.

¹⁶A Lógica da Criança. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de abril de 1947, n.^o 404.



O reduto familiar passava ser a única certeza de salvação, de proteção, de frugalidade e de boa educação, o lugar do afeto comedido, do prazer vigiado, da moralidade e da disciplina austeras. O artigo "Bodas de Prata e Um Episódio", do jornal "O Apóstolo" de 01 de outubro de 1947, deixa transparecer claramente a função e a necessidade da família como um espaço de aprisionamento dos instintos e de adestramento das potencialidades da criança.

[...] Gaudino aos 14 anos foi aprender para telegrafista e - por má companhia - tornou-se perverso e filho ingrato, desprezando os próprios pais e seus conselhos. Certo dia trabalhando ele no telégrafo, caiu um raio no aparelho e Gaudino levou terrível choque, causando grave doença. (...) Sendo levado para casa - pois não podia mover-se -, estava já menos rebelde e mais filial para com os pais. [...] A mudança foi rápida e total. Resignou-se na santa vontade de Deus, pediu perdão aos pais de tantas ofensas; rezava cada dia o terço e recebia com frequência os Sacramentos.

[...] Ao irmão aconselhava que não fosse nunca, nunca com má companhia.

[...] Gaudino morreu como morre um santo, com 17 anos. Os moços de Fita Azul levaram seu corpo à Igreja, para a missa de Requiem. O Sacerdote pronunciou palavras comoventes.

Oh! Aprendei, de mais este exemplo, a fugir das más companhias... das más leituras... Aprendei a ler bons livros... a respeitar e amar aqueles que vos deram a vida... a rezar e receber com fervor Jesus-Hóstia! Então, só então, vencereis, sereis felizes cá na terra e vossa vida será coroada com uma morte santa!

A história de Gaudino exemplifica a trama da família em provação, onde o adolescente afastado do ambiente familiar ficaria sujeito aos maus pensamentos e às más companhias. Somente junto da família estaria seguro, já que sozinho foi incapaz de se auto-gestar, provocando seu próprio desaparecimento. O que impressiona, todavia, não é a sua história enquanto fato isolado, capaz de sugerir interpretações psicológicas relativas e múltiplas, mas, dentro do contexto em que emerge, revela com propriedade o papel da família cristã como dispositivo regulador do corpo e como mecanismo de adaptação do indivíduo à produção.

Portanto, não tenhamos dúvidas, a ação normatizadora e disciplinadora da Igreja insuflou o ordenamento familiar, manteve relativamente o controle dos corpos e deu à política econômica agrária o que lhe mais interessava num primeiro momento: o crescimento populacional.

Referências bibliográficas:

CÂMARA, D. Jaime. A Família Cristã. 32.^a Carta Pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1961.

¹⁷CÂMARA, D. Jaime. A Família Cristã. 32.^a Carta Pastoral. Petrópolis, RJ: Vozes, 1961, p. 23.



HOBOLD, Clemente. *Homenagem dos Filósofos de 1951 a D. Joaquim de Oliveira*. Brusque, 1951, p. 314.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

Recebido em 26 de novembro de 2012.

Aceito para publicação em 20 de dezembro de 2012.

